



## Interpeleção Escrita

Segundo o Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção (CCAC) de 2015, divulgado há dias, um comprador de habitação económica a viver na fracção adquirida desde 2003, com todos os documentos necessários entregues há anos, mas cuja escritura pública de compra e venda ainda não tinha sido celebrada, devido a uma mudança posterior nos elementos do seu agregado familiar, viu-lhe ser recusada a celebração da mesma. Depois de o CCAC investigar e acompanhar o caso, o Instituto de Habitação (IH) acabou por emitir ao comprador um “termo de autorização” para celebração da escritura, em Setembro do ano passado. No entanto, até ao momento ainda não há uma data definida para o efeito, pelo que o comprador só pode continuar a esperar!

O mais incompreensível é que, actualmente, os trabalhos de celebração de escrituras de vários projectos de habitação económica já foram adjudicados, mas o respectivo processo é lentíssimo, e sem um calendário para o efeito. Os direitos e interesses legítimos dos compradores têm sido afectados devido à lentidão administrativa. A condição de proprietário não pode ser reconhecida juridicamente, pelo que os proprietários não conseguem exercer o direito de participar nas assembleias gerais dos condomínios para administrar os edifícios.

Para acelerar os procedimentos de apreciação e atribuição de habitação pública, a Assembleia Legislativa aprovou, no ano passado, um novo regime



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

com base em candidaturas, que foram “primeiro alvo de apreciação preliminar e de sorteio e, depois, de apreciação substancial”. As autoridades salientaram que, com a revisão da lei, o processo de apreciação de 42 mil candidaturas de 2013 podia ser concluído um ano mais cedo do que o previsto e que os primeiros candidatos admitidos para 1900 fracções podiam ter casa atribuída no final do ano passado ou no início deste. Mas, só agora é que foi preliminarmente concluído o processo de apreciação substancial dos primeiros 180 agregados familiares, então, para os mais de 1700 agregados restantes, não se sabe quanto tempo vão ter de esperar pela conclusão do processo de apreciação substancial e de selecção das fracções. A eficiência administrativa não correspondeu às expectativas da Assembleia Legislativa aquando da revisão da lei, portanto, o Governo não pode esquivar-se às suas responsabilidades nesta matéria.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Actualmente, os trabalhos de celebração de escrituras de vários projectos de habitação económica já foram adjudicados, mas o respectivo processo é lentíssimo. As 19 mil fracções de habitação pública já foram ocupadas há alguns anos, mas até ao momento ainda não existe uma data definida para a celebração das escrituras, o que deixa a população bastante descontente. As autoridades devem prometer explicar ao público quando é que tem de ser concluída a celebração da escritura depois da ocupação da fracção, e apresentar um calendário sobre a celebração das escrituras para os diversos projectos de habitação económica cujo contrato ainda não foi concluído, no sentido de dar uma resposta clara aos seus compradores. As



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

autoridades vão fazê-lo?

2. Os trabalhos de celebração das escrituras de habitação económica já foram adjudicados, mas o respectivo processo é lentíssimo. As autoridades já avaliaram as causas desta situação? De que medidas dispõem para acelerar o referido processo?
3. A Assembleia Legislativa já aprovou um novo regime com base em candidaturas, que foram “primeiro alvo de apreciação preliminar e de sorteio e, depois, de apreciação substancial”, mas o processo de apreciação continua a ser lento. As autoridades já procederam a alguma avaliação sobre as causas desta situação?

— 21 de Abril de 2016

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Kwan Tsui Hang**